

A REEDUCAÇÃO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Sandra Mara de Sene Santos¹;
Maurício Cesar Vitória Fagundes².

RESUMO

A agricultura familiar hoje é um tema a ser trabalhado com os estudantes de todas as etapas, a partir da realidade que vivemos onde a zona rural esta se tornando um espaço somente aos grandes agricultores e pecuaristas pelas dificuldades vividas pelos pequenos agricultores, devido a isso e também aproveitando o conteúdo de Sociologia sobre a vida no campo e na cidade e também dos Movimentos Agrários como o Movimentos dos Sem Terra foi desenvolvido um trabalho de pesquisa junto às famílias dos alunos que na maioria são da zona rural e filhos de pequenos agricultores a historia de cada família, como viviam no passado e como se vive hoje. Foi envolvido a comunidade escolar os alunos, professores, coordenação pedagógica, familiares e alguns moradores da zona rural e urbana, através da pesquisa puderam perceber as mudanças que ocorreram em décadas onde no passado o homem sobrevivia de sua terra e hoje por motivos diversos esta comprando nos supermercados, na cidade, pouco se planta e colhe na sua terra.

Palavras - chave: Campo - Homem - Cidade

¹ Pós-graduanda do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Jacarezinho, e-mail: Sandra_sene@hotmail.com

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

1 CONTEXTO

A disciplina de Sociologia trabalhada em seu contexto no Ensino Médio fala do homem em sua vivencia social e as diferenças entre o homem do campo e o homem da cidade.

Mostra que a sociedade em que vivemos hoje e utilizando como material de pesquisa o no ano de 2000 em Tomazina no estado do Paraná, cidade esta com 143 anos de vida com 8.920 habitantes sendo que 4.286 são moradores da zona urbana e 4.645 na zona rural (PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA, 2000) sua renda é proveniente da agricultura, e também pela questão de estarmos vivenciando a saída de muitas famílias da zona rural para procurar uma melhor maneira de sobreviver na cidade mesmo sabendo que na sua maioria retornam ao seu lugar de origem.

Quando se coloca a história do Brasil percebe-se que a luta por melhorias teve inicio no Período Colonial, a partir do século XVI, onde o Brasil produzia conforme a necessidade políticas e econômicas de Portugal e que ate hoje possui uma economia baseada nos interesses externos, portanto dentro de um modelo agro-exportador, os quais geraram fatores negativos para o desenvolvimento agrário onde citarei um somente dando ênfase ao trabalho realizado “a não satisfação das necessidades imediatas da população nacional” (PARANÁ, 2007).

Conforme BARROS (2006) O Censo Agropecuário IBGE -1995/1996 mostra que na década de 1985 a 1996 houve uma diminuição significativa de um total de 5.225.162 em 1985 para um total de 4.318.861 em 1995 de propriedades familiares menores de 100 hectares uma diferença de 906.301 propriedades familiares, valores esses que vem mostrar que a questão a ser trabalhado pelo projeto é condizente com a realidade brasileira mostrada no censo enfim uma questão plausível de estudo.

O objetivo deste trabalho é de mostrar que a vida na zona rural desde os primórdios tem seus benefícios e que se soubermos trabalhar a terra fazendo uso das riquezas que ela mesma prove, teremos lucros, alimentos saudáveis e uma vida

digna tirada de nossas terras, que não precisamos a sair dela para viver bem, mostrar ao jovem os encantos de uma vida rural.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O trabalho apresentado surgiu pelo interesse do conteúdo de sociologia onde falava dos Movimentos Agrários do Brasil, e como a realidade da cidade de Tomazina é rural, iniciou-se uma discussão da vida no campo no passado não muito remoto trazendo a realidade vivida hoje pelos moradores principalmente da zona rural.

Foi apresentado aos alunos o conteúdo e a proposta do trabalho para conhecermos através de uma pesquisa de campo a nossa realidade, ou seja, a realidade de cada um, cada família, sendo que dos 25 alunos somente 03 não era da zona rural, mas pertence a famílias provenientes da zona rural, inclusive a professora da Disciplina também pertence à família de agricultores, a realidade que vivemos em nosso município é que todos são de famílias de agricultores.

Os alunos fizeram um relato da visão de cada um em relação a sua vida, na cidade e no campo, mostrando que o gosto pela vida não depende somente da situação financeira que cada um apresenta, mas sim da criação e da maneira que é colocado para cada um e a família como em todo setor é a peça chave, se os pais são amantes da vida rural temos filhos apreciadores desta vida se for ao contrário temos o adolescente que só pensa em poder sair e viver na cidade.

Com esse pequeno bate papo percebeu-se a necessidade da colocação sobre a vida no campo e as mudanças que ocorreram seus pontos positivos e negativos dessa vivência, assim sendo proposta uma pesquisa para conhecermos melhor do que estávamos falando. Iniciamos falando sobre o IBGE de 1995 e o de 2006 as diferenças que cada um demonstrou o censo agropecuário de 2006 divulgado somente em 2009 da agricultura brasileira, será utilizado para subsidiar a análise das políticas de desenvolvimento rural, em especial da política de reforma

agrária, das políticas agrícolas e, em particular, das políticas diferenciadas para a agricultura familiar (IBGE, 2009), em sala faremos uso desses dados para auxiliar no debate promovido através das respostas da pesquisa e dos dados do Censo.

Através de pesquisa com moradores mais antigos da região, foram levantados alguns dados como tipo de moradias, instrumentos utilizados na agricultura, via de acesso, religião e alimentação.

Segundo Santos (2009) a agricultura familiar é constituída por pequenos e médios produtores que representa a maioria na produção rural no Brasil, mas infelizmente poucos permaneceram na zona rural e os que ficaram continuaram em situação precária em relação ao acesso a terra, à educação e demais serviços de infra-estrutura social e aos benefícios da política agrícola.

O trabalho foi realizado no Colégio Carlos Gomes – Ensino Médio que se localiza na Rua Victor Pietra, 129 Centro na cidade de Tomazina Estado do Paraná, com os alunos da 3ª série do período matutino através do conteúdo proposto no terceiro bimestre, focou-se a questão da vivência hoje e quais os meios utilizados para a sobrevivência dos moradores da zona rural, foi trabalhado no terceiro e quarto bimestre entre os meses de setembro a novembro de 2010.

A participação da escola foi através dos educandos, educadores e da equipe pedagógica dando subsídios e apoio contou também com a comunidade rural a qual os alunos pertencem, auxiliaram com relatos de vida aos qual o interesse da turma é a comparação da vida no campo ontem e hoje.

Juntamente com os outros conteúdos dos bimestres, o trabalho foi sendo desenvolvido paralelamente. A turma foi dividida em grupos e cada grupo teve a tarefa de pesquisar as mudanças que ocorreram na zona rural e urbana e trazer a nossa realidade, as mudanças da agricultura cultivada no passado e hoje, o que se plantava para o sustento de todos e hoje não se planta mais, motivos das mudanças: tempo, tipo de solo e outros motivos encontrados na pesquisa.

Até meados do século XX os trabalhadores da agropecuária no Brasil não criaram identidades políticas no território nacional. Tinham várias denominações

regionais (muitas de cunho pejorativas): caipira, caiçara, tabaréu, caboclo, colono, os paranaenses ficaram com a denominação de caipira. Na década de 1950 surgiram as primeiras tentativas da formação de identidade política com o intuito de mobilizar os trabalhadores do campo, ficando denominados como lavrador, trabalhador agrícola e camponês. A partir dos anos 60, consolida-se a identidade de trabalhador rural, em substituição a varias situações de trabalho no campo (pequenos proprietários, arrendatários, assalariados, etc.).

A partir das pesquisas também foi feito o levantamento sobre o conceito da agricultura familiar que segundo Fernandes (2009) ele é novo no Brasil se dava outros nomes como pequenos agricultores, os camponeses, a agricultura de pequena proporção, sem condições de créditos para expandir, sendo assim a sua produção também seria baixa sem poder de negociação ficando mais para uso e sustento de sua própria família, o que acontece na maioria das famílias pesquisadas.

Foi feito à pesquisa de como era feito os plantios no passado, preparo do solo, quais os tipos de ferramentas se utilizava, quais animais se mantinha, a utilização do cavalo, boi para o manejo da agricultura, a alimentação, a estocagem das sementes, como se lidava com as pragas da lavoura, o tempo para o plantio das lavouras.

Esta claro que a agricultura familiar se destaca também na questão de produtividade, pois fazem uso dos recursos produtivos de forma mais eficiente que os patronais, pois, mesmo detendo menor proporção da terra e do financiamento disponível, produzem e empregam mais do que os patronais (BUAINAIN, 2003).

Os grupos se organizaram e partiram para as pesquisas onde as pessoas a serem entrevistadas seriam de seu convívio pessoal, afinal é a respeito do seu modo de vida que estamos falando.

Sabemos que os agricultores familiares foram reconhecidos como sujeitos de direitos muito recentemente dentro do contexto brasileiro.

A agricultura familiar é um universo profundamente heterogêneo, seja nas questões de recursos, mercado geração de renda e varia de região para região. A

variação nas áreas médias de hectares é grande sendo que a região Nordeste tem a menor área média (17 ha) e os da região Centro-Oeste a maior (84 ha). A Renda Total (RT) por estabelecimento familiar para todo o Brasil foi de R\$ 2.717,00, resultando em uma média de R\$ 104,00 por ha de área total. Quando se considera a RT por unidade de área, os resultados da agricultura familiar são muito superiores aos dos estabelecimentos patronais em todas as regiões do país. No Nordeste a RT é de R\$ 70,00/ha entre os familiares contra R\$ 37,00/ha dos patronais; no Centro-Oeste é de R\$ 48,00/ha contra R\$ 25,00/ha dos patronais e na região Sul é de R\$ 241,00/ha, enquanto a dos patronais não supera R\$ 99,00/há (BUAINAIN, 2003).

A partir da década de 90 passou a ser criadas políticas públicas específicas para a agricultura familiar e esta reconhecida legalmente. O PRONAF, criado em 1946 foi à primeira política pública específica a esta categoria social e a Lei da Agricultura Familiar de 2006, que definiu oficialmente esta “categoria produtiva como parte do mundo do trabalho” (PICOLLOTO, 2009).

Mesmo sendo recente o reconhecimento a epopéia histórica pelo reconhecimento dos trabalhadores rurais remonta as lutas dos trabalhadores urbanos no início do século XX por direitos políticos, liderada pelo movimento operário, onde agregava trabalhadores dos mais diversos setores incluindo os rurais.

No Brasil na década de 1930, alguns direitos trabalhistas foram reconhecidos pelo governo Vargas e em 1943 foram solidificados com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sendo reconhecido por esta legislação, o direito de sindicalização, direitos previdenciários, salário mínimo, serviços assistenciais prestados pelos sindicatos. (PICOLLOTO, 2009)

Contudo, estes direitos não se estendem por completo aos trabalhadores rurais. Com isso, os trabalhadores rurais engajariam grandes lutas pela extensão dos direitos trabalhistas (já validados para os trabalhadores do meio urbano).

Somente na década de 60 é que vieram a ter concretizados alguns destes direitos, como o da sindicalização, a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural.

Mesmo com essa estruturação, os direitos trabalhistas reconhecidos pela legislação da era Vargas passaram longe da tão sonhada emancipação aos trabalhadores. Ao contrário, constituíram-se como instrumentos que tinham como objetivo central o controle do movimento operário e camponês pelo Estado (através do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho). Regulação que visava obter “uma base segura para o projeto de uma sociedade moderna, estável e integrada, ordeira e progressista” (PICOLOTTO, 2009).

O ano 60 iniciou-se com fortes pressões pela legalização do sindicalismo rural. Diante dessas pressões o sindicalismo rural brasileiro foi estruturado, de forma efetiva, ainda no início da década de 60, mais precisamente no Governo de João Goulart (1961-1964). Sendo em 1963 promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural, reunindo a legislação para regular as relações trabalhistas no campo e o sindicalismo rural. No ano seguinte 64 foi promulgado o Estatuto da Terra com o intuito de promover iniciativas para políticas de “reforma agrária” e de “desenvolvimento rural”.

Não podemos esquecer que a criação dessa legislação foi resultado de longas caminhadas de lutas dos trabalhadores do campo, mas devemos enfatizar que o sindicalismo rural brasileiro teve início anteriormente: o sindicalismo Varguista, constituído pelos sindicatos municipais, federações, confederações, Justiça do Trabalho e Ministério do Trabalho, onde a característica mais marcante foi a tutela exercida pelo estado. (BOITO, 1991; COLETTI, 1998 apud PICOLOTTO).

Os estudos confirmam que, em todas as regiões, a agricultura familiar explora de forma intensiva os recursos escassos disponíveis e que é possível gerar níveis de renda agropecuária superior ao nível de reprodução da família (BUAINAIN, 2003).

Na realidade a maior dificuldade do agricultor familiar é a dimensão da propriedade que na sua maioria não passa de cinco ha não sendo possível a exploração sustentável das terras, E assim exclui as atividades de subsistência, a sustentabilidade das pequenas propriedades fica insustentável na maioria das

famílias que precisam muitas vezes serem malabaristas com os recursos disponíveis, mesmo assim a população da zona rural é perseverante não desistindo de trabalhar e morar em seu ambiente natural, tendo como base o resultado no ultimo censo agropecuário de 2006 que mostrou a variação da população de 1996 a 2006 que era de 31,6 milhões em 1996 e 31,3 milhões em 2006, mas na questão de relatividade foi considerável a diferença passou de 20,5% em 1996 para 16,7% em 2006 do total nacional (IBGE, 2006).

Neste triste cenário de fome e miséria, amplia-se a produção nacional de alimentos, mas os acessos continuam a ser o principal entrave a segurança alimentar no Brasil tal acréscimo ale de garantir a satisfação da demanda atual, pode ser exportado e promover a Constituição de estoques reguladores, ao mesmo tempo em que vem viabilizar e consolidar a agricultura familiar reduzindo a migração rural urbana (VALENTE 2002).

GUANZIROLLI, apud VALENTE afirma-nos que a pobreza no campo reflete o processo de grandes concentrações de terras, falta de apoio ao pequeno produtor e a lentidão na implementação da reforma agrária. Mas pouca terra é destinada aos estabelecimentos de agricultura familiar, onde grande maioria dos subfamiliares, ocupando 1% da terra, não conseguirá sobreviver sem apoio estatal que garanta a possibilidade de ampliação da terra cultivada e melhoria das condições de plantio e comercialização ainda mais diante da crescente competitividade do mercado.

Para Vargas (2010) para construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, que toda a sociedade brasileira tenha um comprometimento comum com um modelo de desenvolvimento rural sustentável. Há uma necessidade de pesquisas futuras que tenham como objetivo compreender melhor a relação entre desenvolvimento sustentável e agricultura familiar para que auxiliem a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável sem alterar o modo de vida dos camponeses e sim melhorar sem ter que sair de seu modo de vida.

3 CONSIDERAÇÕES

De acordo com os dados levantados através da pesquisa no campo o questionário desenvolvido com os alunos do Colégio Estadual Carlos Gomes, concluiu-se que as mudanças ocorridas todas elas foram causadas pelo homem tanto o lado positivo quanto ao negativo.

Tendo como referencia as tabelas publicadas pelo FAO/INCRA nas questões de pessoas que trabalham na agricultura familiar e também as tabelas do Censo Agropecuário de 1995/1996 e 2006 da participação da agricultura familiar no VBP de produtos selecionados que se percebe que as alterações foram consideradas sendo que alguns produtos não eram sinalizados em 1995 e em 2006 aparece com uma porcentagem considerável mostrando a força e a importância da agricultura familiar na economia brasileira podendo colocar que o alimento que vai a mesa do brasileiro na sua grande maioria é proveniente dos pequenos agricultores

Tabela: Pessoal ocupado na agricultura familiar segundo a variável FAO/INCRA

Região	1995/96	2006	1995/96	2006
Norte	1.542.577	1.456.344	82,2	88,0
Nordeste	6.809.420	6.716.762	82,9	87,2
Sudeste	2.036.990	1.871.374	59,2	57,0
Sul	2.839.972	2.413.457	83,9	82,6
Centro-oeste	551.242	590.918	54,1	58,5
Brasil	13.780.201	13.048.855	76,9	78,8
	Pessoal	Ocupado	AF/TOTAL	%

Fonte: FAO/INCRA – Censo Agropecuário (1995/96 e 2006)

Tabela. Participação da agricultura familiar no VBP de produtos selecionados (em % do VBP total do produto)- 1995/96 FAO/INCRA

Produto 95/96	FAO/INCRA
Mandioca	83,9%
Feijões	67,2%
Leite de vaca	52,1%
Suínos	58,5%

Milho	48,6%
Arroz	30,9%
Cafés	25,5%
Trigo	Nd
Ovos	Nd
Soja	31,60%

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE e INCRA/FAO (1999)

Tabela. Participação da agricultura familiar no VBP de produtos selecionados (em % do VBP total do produto), 2006 – Lei da Agricultura Familiar.

Produto 2006	Lei AF
Mandioca	88,30%
Feijões	68,7%
Leite de Vaca	56,4%
Suínos	51,0%
Milho	47,0%
Arroz	35,1%
Cafés	30,30%
Trigo	20,7%
Ovos	17,1%
Soja	16,90%

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – IBGE

Esse trabalho mostra ao jovem agricultor a importância de sua permanência no meio rural e que o governo hoje já tem subsídios como o PRONAF que auxilia o pequeno e médio agricultor na compra de maquinários e suplementos para um bom trabalho em sua propriedade. Hoje temos também cursos do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) que tem a finalidade de financiar implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura de produção e serviços no estabelecimento rural (MTE) e muitas dessas finalidades temos disponíveis em nossa comunidade direcionados ao jovem rural, específicos para o trabalho rural e não poderia deixar de citar os Colégios Agrícolas onde o aluno estuda as disciplinas básicas do ensino médio e disciplina específica do meio rural tendo como local de

estudo uma fazenda podendo inclusive morar no local com estudo em tempo integral, sai com a formação em técnico agrícola.

Através da pesquisa que mostrou que muita coisa já mudou e que pode ainda melhorar como trazer de volta as escolas no campo sem que o jovem tenha que sair de seus bairros, tendo por direito assegurado na RESOLUÇÃO Nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica Do Campo que nos seus artigos 1º e 7º que tem como redação:

Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida-agricultor familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

Art. 7º A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infra-estruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.

§ 1º A organização e o funcionamento das escolas do campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições.

§ 2º A admissão e a formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho docente deverão considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades.

Podemos concluir que a Educação no campo deve ser feita no campo dentro de suas especificidades e importância e que a pesquisa mostrou que a vida

antigamente era boa, mas tinha seus pontos negativos também como falta de conhecimentos de muitas culturas, aproveitamento da terra com ajuda técnica e que hoje é possível viver da terra com suas dificuldades, mas com certeza que dela retiramos nosso sustento basta trabalhá-la, não dizendo que o progresso não é bom pelo contrário é essencial, mas pode estar lado a lado com a vida de qualidade proposta pela vida no campo.

4 REFERENCIAS

BARROS, Geraldo, S, C. **Agricultura Familiar** <http://www.cepea.esalq.usp.br>, acessado em 24/02/2011, artigo de julho/2006.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Brasília-DF.

BUAINAIN, A. M; ROMEIRO, A. R; GUANZIROLI, C., **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347

CRAVEIRO, Clélia B. A. **Resolução nº2, de 28 de abril de 2008**, publicada no DOU de 29/4/2008, Seção 1, p. 25-26 Ministério da Educação.

FERNANDES, Angela, **O PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA** publicado 8/04/2009 por em <http://www.webartigos.com>, acessado em 28 de Novembro 2010.

GUANZIROLI, C. *et al.* **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. MDA/MPOG, 2009.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação, **Sociologia: Ensino Médio** – Livro Didático Público, 2 edição, 2007.

PICOLOTTO, Everton L. **A emergência dos “agricultores familiares” como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro**. Mundo Agr. V.9 n.18 La Plata ene./jun.2009. www.scielo.com.br

Prefeitura Municipal de Tomazina, desenvolvido por IDNet Brasil.
<http://www.tomazina.pr.gov.br/home/Conteudo.aspx?id=2>, acessado em 18 de outubro de 2010.

SANTOS, Sivaldo R. **Agricultura Familiar no Brasil**, publicado 12/01/2010 em <http://www.webartigos.com>, acessado em 28 de Novembro 2010.

VALENTE, F. L. S. **Direito Humano à Alimentação**: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002.

VARGAS. A. Agricultura Familiar e sustentabilidade **SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL** on line – v.4, n. 1 – Jun – 2010. ISSN 1981-1551 www.inagrodf.com.br/revista

4 ANEXO

PESQUISA:

- 1 Quantos são os moradores de sua propriedade e quem são:
- 2 Há quanto tempo mora nessa propriedade? Que tipo de moradia você possui, casa própria, alugada ou cedida, casa de madeira, de barro ou alvenaria?
- 3 Quais as mudanças que ocorreram em sua propriedade em relação à maneira de vida no passado e hoje?
- 4 É feito o uso de maquinário agrícola em sua propriedade ou quais os instrumentos que você utiliza e que já utilizou?
- 5 Quais as culturas são cultivadas hoje em suas terras e quais eram no passado?
- 6 O sustento de sua família sempre veio de suas terras? Sim ou não e por que.
- 7 O que melhorou e o que piorou na vida no campo nas ultimam décadas em relação à alimentação, educação e saúde?
- 8 A questão das escolas rurais terem sido fechadas na maioria dos bairros da zona rural, qual a sua opinião sobre isso?

9 o Governo em sua opinião dá subsidio a agricultura familiar ou aos pequenos e médios agricultores?

10 Em sua opinião porque as famílias estão deixando o campo indo para cidade?

11 A via de acesso que você utiliza é boa e como era antigamente?